15:08 43%

Policiais de Nova York exibem câmeras no uniforme durante entrevista Ozer Muhammad - 3.dez.2014/The New York Times

Câmera corporal tem resultados incertos nos EUA após 10 anos

Tecnologia se difundiu no país com promessa de coibir uso excessivo da força e melhorar relação com comunidades

Fernanda Perrin

WASHINGTON O uso de câmeras corporais por policiais se difundiu nos Estados Unidos nos últimos anos com a promessa de coibir o uso excessivo da força e melhorar a relação das autoridades com as comunidades, sobretudo após a enorme repercussão da morte de cidadãos negros.

Os casos mais emblemáticos foram as mortes de Michael Brown em Ferguson, em 2014, Freddie Gray em Baltimore, em 2015, e George Floyd em Minneapolis, em 2020.

Passados dez anos das primeiras experiências, porém, a eficácia da custosa tecnologia não é clara. Alguns estudos identificam efeitos positivos, como queda das queixas contra policiais, e outros não veem impacto ou enxergam consequências negativas.

Uma das razões para essas diferenças não está na tecnologia, mas na política que a acompanha: em que momento um policial deve ativar e desativar a câmera, quem tem acesso às imagens, e quando.

Praticamente 8 em cada 10 policiais americanos usam câmera corporal, segundo levantamento de 2022 do Departamento de Estatísticas de Justiça, o mais recente disponível.

O impulso se deu principalmente após o relatório Policiamento no Século 21, de 2015, produzido por uma força-tarefa criada pelo ex-presidente Barack Obama. Uma das principais apostas do grupo para melhorar a transparência e a confiança nas autoridades era o uso de câmeras corporais.

Desde então, o Departamento de Justiça, equivalente a um ministério, disponibilizou ao menos US$ 75 milhões (R$ 344 milhões, na cotação atual) para incentivar a adoção da tecnologia.

Foi criado também um programa de implementação, cujo objetivo é auxiliar os departamentos que adquirem o produto. Um site específico oferece, por exemplo, uma checklist para elaboração da política e uma calculadora de custos.

Nos EUA, a decisão de usar as câmeras cabe, em geral, a cada departamento policial local —que atende uma cidade ou região, por exemplo.

Dados oficiais indicam que o equipamento tende a ser mais comum quanto maior o número de habitantes atendidos. Todos os departamentos em regiões com mais de 1 milhão de pessoas —Nova York, por exemplo— reportaram usar a câmera. Já entre aqueles que atendem até 2.500 pessoas, o percentual é de 65,3%.

Alguns estados começaram a determinar o uso das câmeras em todo o seu território. Hoje, eles são sete (Carolina do Sul, Colorado, Connecticut, Illinois, Maryland, Nova Jersey e Novo México), segundo levantamento da Conferência Nacional das Legislaturas Estaduais. Outros, como a Califórnia, disponibilizam fundos para financiar a aquisição do equipamento pelos departamentos policiais interessados. Além disso, forças federais, como o FBI, também usam câmeras corporais.

> Se os policiais não ligarem suas câmeras quando devem, então as câmeras serão inúteis
>
> **Chuck Wexler**
> diretor-executivo do Fórum Executivo de Pesquisas da Polícia (Perf, em inglês)

As políticas que orientam o uso dos equipamentos e das imagens variam enormemente. Alguns departamentos possuem diretrizes claras quanto ao momento em que a câmera deve ser ativada, outros usam uma tecnologia de acionamento automático quando a arma é retirada do coldre —caso de Louisville, no Kentucky. E há departamentos que não têm regra clara.

"Se os policiais não ligarem suas câmeras quando devem, então as câmeras serão inúteis", escreve Chuck Wexler, diretor-executivo do Fórum Executivo de Pesquisas da Polícia (Perf, na sigla em inglês).

Há também orientações sobre o que não gravar. Em geral, conversas com informantes, vítimas de crimes sexuais e crianças sejam preservadas.

Quanto maior o número de policiais, maior a quantidade de material gravado a ser armazenado, o que implica despesas com a contratação de servidores ou, mais comumente, um serviço de nuvem. Para evitar acúmulo, diversos departamentos estabelecem prazos em que um vídeo deve ser armazenado, com exceção daqueles que retratem "eventos críticos". A revisão dos vídeos, por sua vez, costuma ocorrer por amostragem.

Recentemente, ferramentas de inteligência artificial (IA) vêm sendo adotadas nesse processo —caso de Los Angeles—, fazendo um filtro em imagens que mostrem uso de linguagem inapropriada ou outras infrações de conduta.

A aplicação de IA também abre a possibilidade de capacitar as câmeras com funções como reconhecimento facial e análise de sentimentos. Esses usos, porém, estão em debate.

Outra variação é o que é feito com as imagens. Alguns departamentos dão ampla margem de decisão para o chefe de polícia definir se e quando os vídeos são tornados públicos. Outros têm como regra a liberação dentro de um prazo.

Um dos principais debates atuais sobre o uso das câmeras é o acesso das imagens por policiais envolvidos em incidentes em que seu comportamento está, de alguma forma, sob suspeita —quando ocorrem mortes, por exemplo.

Um levantamento feito pelo Perf em 156 agências no ano passado apontou que, em 56% delas, os policiais podem ver a gravação antes de fornecerem seu testemunho sobre o ocorrido. Outros departamentos, como o de Washington DC, proíbem esse acesso.

Para críticos, essa possibilidade permite que o policial adapte seu depoimento ao que as imagens mostram. Já defensores dizem que o acesso ajuda a elaborar melhor relatos de momentos de estresse elevado, em que a memória torna-se pouco confiável.

Buscando chegar a um meio-termo, o Perf atualizou suas diretrizes, recomendando que um primeiro depoimento, caracterizado como "entrevista de percepções", seja coletado do policial antes de ele ter acesso às imagens. Depois, tendo visto a gravação, ele pode fornecer um segundo relato. Essa política já é adotada em Portland (Oregon).

Até agora, os estudos não são conclusivos sobre os impactos das câmeras nos objetivos propostos: melhorar a confiança na polícia, coibir o uso excessivo de força e ajudar em investigações.

O principal resultado observado em pesquisas foi a queda do número de queixas da população contra policiais. Segundo o relatório, porém, não está claro se isso ocorreu porque as autoridades melhoraram seu comportamento ou se cidadãos deixaram de fazer denúncias infundadas.

Com relação ao efeito do uso das câmeras em investigações, estudos indicam um impacto positivo no avanço de ações quando a vítima não coopera —algo comum em casos de violência doméstica.

O relatório aponta alguns estudos específicos com resultados promissores. Em Chicago, as câmeras levaram a uma queda do número de investigações administrativas arquivadas por falta de evidências e a um número maior de medidas disciplinares contra policiais. Também foi eliminada a disparidade racial nas queixas arquivadas ou rejeitadas —até então, denunciantes negros eram maioria.

Inicialmente, houve resistência de associações de policiais à tecnologia, que manifestaram preocupação com a privacidade dos agentes e mãé no uso das gravações. Esses argumentos, no entanto, não resistiram à pressão social crescente após as mortes de cidadão negros por policiais.

Com isso, a categoria passou a priorizar a negociação das regras, sobretudo as diretrizes sobre acesso às imagens.

Outro front é a negociação de um bônus pela adoção das câmeras, sob argumento de que o equipamento implica mais trabalho. Em Worcester (Massachussetts), por exemplo, foi adotado um valor anual de US$ 1.300 para cada policial.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
Pregão Eletrônico SEC 60/2023
PROCESSO 2023.1.4143.62.5
OC: 152151015822630C00676
Objeto: Microcomputador

Ref.: Comunicado de alteração de edital

O Hospital Universitário da USP torna público a alteração do edital supracitado, referente ao prazo de entrega do objeto, subitem c.1) pag. 01 do edital:
Onde se lê:
c.1) **Prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, observado, quando houver, o cronograma de execução que integra o **Anexo - DESCRIÇÃO DO OBJETO**;
Leia-se:
c.1) **Prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, observado, quando houver, o cronograma de execução que integra o **Anexo - DESCRIÇÃO DO OBJETO**;
Demais informações e condições permanecem inalteradas e estarão disponíveis no site: licitacao.usp.br, pelo e-mail: sec@hu.usp.br, mediante cadastro com bir a http://www.usp.br/licitacoes e oferecido dia seguinte (11) 3091-9222/3091-9244/909-7414.

PECINI LEILÕES — EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMPENSAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE! — DIRECIONAL

DATA: 1º Público Leilão – 29/01/2024 às 15h15 | 2º Público Leilão – 31/01/2024 às 15h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, mat. Jucesp 715, por **NOVA DIAMANTINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, CNPJ nº 28.024.310/0001-13, vendera em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei 9.514/97, e alterações, o **IMÓVEL: APTO nº 27, 2º Pav. do Bloco nº 01, do empreendimento CONQUISTA VOTORANTIM**, à R. João Cândido Stromberck nº 285, Votorantim/SP. Áreas: Privativa: 41,080m²; Comum: 49,3167m²; Total: 90,397m²; F/T: 0.00178Q, com direito ao uso de 01 vaga de garagem. Matrícula nº 31.357 do CRI de Votorantim/SP. Inscrição Imobiliária: 13354430001002710. Consolidação da propriedade em 14/12/2023. **1º LEILÃO: R$ 193.847,60. 2º LEILÃO: R$ 128.841,71. Ônus do Arrematante:** I) Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **II)** Custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **III)** Todas as despesas que vencerem após as datas dos leilões; **IV) IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação e todas as despesas com o ato. Fica o Fiduciante **MAURO DA SILVA** – CPF nº 139.038.718-69, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital Completo com as regras dos leilões, disponíveis no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Notary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

Leilão On Line
Sheila Souto F. cos Santos Jucesp 1213 torna público que no dia 05 e 06/02/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, cédulas, selos, medalhas artigos.
Acesse: www.douglasdantasleiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 764, com endereço à Rua Minas Geraes, 316 – CJ. 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS SA**, inscrito no CNPJ sob nº 00.806.535/0001-74, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, via licença do Instrumento Particular Contrato de Abertura de Linha de Crédito e outras Avenças nº 503626-AS/Série 2018, emitido em 12/11/2018, sendo outorga credora **BARIGUI COMPANHIA HIPOTECÁRIA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, com sede em Curitiba/PR, na qual figura como Fiduciante **FLÁVIA MARCELA OLIVEIRA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, maior, advogada, portadora do RG nº 22.144.934-2-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 371.461.318-02, residente e domiciliada em Guaçuí/ES Pavilhão nº, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, art. 27 e segtintes, no **dia 01 de fevereiro de 2024, às 11:00 horas, o lelão será realizado exclusivamente pela internet, através do site www.portaldoc.com.br**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 557.546,00 (Quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com o propriedade consolidada em nomes da credora fiduciária, conforme Averbação 03 da Matrícula nº 69.271 do Ofício de Registro de Imóveis de Guaçuí/ES: **Apartamento 203**, situado no primeiro andar do edifício **Jardim do Engenho**, situado no perímetro urbano da cidade e comarca de Guaçuí/ES, medindo 5,00m de frente para a ofensiva rua, 25,00m de lado direito, confrontando com o lote nº 12-A, 25,00m de lado esquerdo, confrontando com o lote 15 e 5,00m nos fundos, confrontando com o lote nº 17, todos da mesma quadra, encerrando a área de 125,00 metros quadrados. **Imóvel objeto da matrícula nº 69.271 do Oficial de Registro de Imóveis de Guaçuí/ES** (Averbação 03 Consta no imóvel uma construção residencial com a área construída estimada de 130,00m2, situada na Rua José de Oliveira, nº 66, pertencente de avaliação na matrícula. Regularização e averbação perante aos órgãos competentes da divulgação da área construída e total baixada no IPTU, com a atualização no banco e avaliado no RI, bem como a atualização da nuova-ação predial, correndo por conta do comprador. (c) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97 e alterações. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital Completo com as regras dos leilões, no mesmo horário e local, para realização do SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 384.495,68 (Duzentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais e noventa e oito centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portaldoc.com.br e se habilitar antecedente a página deste leilão, clicando no ícone **HABILITE-ME**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portaldoc.com.br, respeitando o lance mínimo e o incremento estabelecido, no disputa pelo lote de leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos pelo seu legítimo competente, correrão por conta do adquirente. Obs: **Os valores (Avaliação) e condições (Leilão) acima citados, no Termo de parágrafo 2º A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive no endereço eletrônico, poderão ser alterados, sem concordância de terceiros, o imóvel outorra entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida das encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote de leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 03 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pelo Credora Fiduciária. O herdeiro mencionado neste edital, no ato do leilão, deverá comparecer munido de documento de identidade e CPF, sob pena de ser considerado ausente. Fica o herdeiro **FLÁVIA MARCELA OLIVEIRA DOS SANTOS**, já qualificada, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acima das datas designadas para a realização dos públicos leilões, cientes por outro meio não tertuan-tido notificados. As demais condições atendendo ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

CAIXA — MINISTÉRIO DA FAZENDA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO
Leilão Público nº 008.2024.136.0235-SP-19.01.2024
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL -CAIXA, por meio da CEPAT-CN Patrimônio e Bens da Tarvares, torna público aos interessados, que conferiu o depósito no subitem 20 do Edital de Licitação, anulou o Certame Licitatório na Modalidade Leilão Público Nº 008.2024.136.0235-SP-Leilão de Joias do Penhor, motivado por lato superveniente. São Paulo, 22 de janeiro de 2024.

AVISO DE CANCELAMENTO
Leilão Público nº 010.2024.6.0262-SP-22.01.2024
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL -CAIXA, por meio da CEPAT-CN Patrimônio e Bens da Tarvares, torna público aos interessados, que conferiu o depósito no subitem 20 do Edital de Licitação, anulou o Certame Licitatório na Modalidade Leilão Público Nº 010.2024.6.0534-AC-Leilão de Joias do Penhor, motivado por lato superveniente. São Paulo, 22 de janeiro de 2024.

AVISO DE CANCELAMENTO
Leilão Público nº 011.2024.13.0263-SP-22.01.2024
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL -CAIXA, por meio da CEPAT-CN Patrimônio e Bens da Tarvares, torna público aos interessados, que conferiu o depósito no subitem 20 do Edital de Licitação, anulou o Certame Licitatório na Modalidade Leilão Público Nº 011.2024.13.0263-SP-Leilão de Joias do Penhor, motivado por lato superveniente. São Paulo, 22 de janeiro de 2024.

AVISO DE CANCELAMENTO
Leilão Público nº 012.2024.17.0351-SP-23.01.2024
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL -CAIXA, por meio da CEPAT-CN Patrimônio e Bens da Tarvares, torna público aos interessados, que conferiu o depósito no subitem 20 do Edital de Licitação, anulou o Certame Licitatório na Modalidade Leilão Público Nº 011.2024.13.0263-SP-Leilão de Joias do Penhor, motivado por lato superveniente. São Paulo, 22 de janeiro de 2024.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 764, com endereço à Rua Minas Geraes, 316 – CJ. 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo credor Fiduciário **BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS SA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.806.535/0001-40, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, Bairro Água Verde, Curitiba/PR, via termos do Instrumento Particular com Força de Escritura Pública e Cédula de Crédito Imobiliário integral nº 67863-8, Série 2018, emitidas em 12/11/2018, sendo outorga credora **BARIGUI COMPANHIA HIPOTECÁRIA**, inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, com sede em Curitiba/PR, na qual figura como Fiduciante **FLÁVIA MARCELA OLIVEIRA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, maior, advogada, portadora do RG nº 22.144.934-2-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 371.461.318-02, residente e domiciliada em Guaçuí/ES Pavilhão nº, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, art. 27 e seguintes, no **dia 01 de fevereiro de 2024, às 11:30 horas, o lelão será realizado exclusivamente pela internet, através do site www.portaldoc.com.br**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.489.784,31 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com o propriedade consolidada em nomes da credora fiduciária, conforme Averbação 03 da Matrícula nº 69.271 do Ofício de Registro de Imóveis de Guaçuí/ES: **Apartamento 203**, situado no primeiro andar, lado direito do prédio, medindo 5,00m de frente para a rua Rosa Jorge, 25,00m de lado direito do quarto de fundo, 25,00m de lado esquerdo, confrontando com o lote nº 8, pelo lado esquerdo com o lote nº 6, embora de propriedade de Raul de Araujo Chebbenhaem, e que o mesmo é bargado pelo constituinte nº 000.175.352-9 – **Av.04** - Para constar que foi constituído uma casa que recebeu o nº 1057 de rua Jony. **Av.05** - Para constar que a casa nº 1057 da Rua Jony, atualmente passou o nº 1045 da referida Rua Jony. **Imóvel objeto da matrícula nº 7.408 do Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo/SP** (Averbação 06 Constam possuir uma área 52 e 53 da referida matrícula, independentes de Bens e Pertences do imóvel (autos 1003604-26.2020.5.02.0070 da 75ª Vara Cível de São Paulo, Fase Regional 8 – Jaraguá, pelo valor de R$ 1.000,00 (mil reais) e 1/2 do imóvel, conforme Ofício 1.000/2021 da 75ª Vara Cível de São Paulo). Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 o parágrafo único, da lei 9.514/97. (d) Consta Ação Civel nº 1008425-66.2023.8.26.0010, da 3ª Vara Cível de São Paulo – Foro Regional X – Ipiranga, pedido 6.200m de frente para a rua Rosa jorge 25,00m, de frente aos fundos, pelo lado direito do quarto de fundo 25,00m, pelo lado esquerdo, tendo nos fundos a largura de 6,00m, encerrando a área de 155,00m2, mais ou menos, confrontando lado direito com o quarto nº 1